



Senado ouve hoje frigoríficos, fiscais e policiais sobre Carne Fraca

Debate em comissão também terá representantes do governo, que devem explicar medidas adotadas. Outra audiência amanhã avaliará impacto na economia do país

A Operação Carne Fraca será discutida em duas audiências do Senado nesta semana. A Comissão de Direitos Humanos reunirá hoje produtores de carne, trabalhadores do setor e representantes da Polícia Federal, de fiscais

agropecuários, do Ministério da Agricultura e do Ministério Público para analisar a condução da operação. A Comissão de Assuntos Econômicos discutirá amanhã os efeitos da crise sobre as exportações e como a economia será afetada. **3**

Restrição à edição de MPs é um dos 4 textos na pauta do Plenário

A proposta de emenda à Constituição que proíbe a edição de medidas provisórias que desequilibrem contratos da administração pública está pronta para votação em primeiro turno. Ela é uma das quatro PECs na pauta do Ple-

nário. As outras vão para a terceira sessão de discussão. Uma delas extingue o foro especial, outra altera as regras para escolha de ministros do STF e a terceira cria o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Segurança Pública. **3**



Marcos Oliveira/Agência Senado - 22/2/2017

Mudança na escolha de ministros do Supremo está na pauta do Plenário



Jefferson Rudy/Agência Senado - 5/5/2016

O senador Alvaro Dias pediu ao TCU que audite o crescimento da dívida pública

Saiba como cada brasileiro é afetado pelo crescimento da dívida pública

O desequilíbrio nas contas do governo, acentuado pela crise econômica e a queda na arrecadação, obriga o Executivo a tomar empréstimos a altas taxas de juros para poder pagar as despesas.

Com isso, boa parte do Orçamento, que poderia melhorar setores como educação e saúde, se destina à rolagem da dívida. Senado quer auditoria para controlar o endividamento. **4**

Sindicato promete greve contra reforma

Para protestar contra a reforma da Previdência, as centrais sindicais preparam uma grande mobilização, com previsão de paralisação de trabalhadores em abril. O anúncio foi feito por participantes de audiência na Comissão de Direitos Humanos. Eles disseram que a maioria da população é contra a reforma e já está se manifestando nas redes sociais e nas ruas. **2**



Gerardo Magela/Agência Senado

Para Paim (C), o governo Temer está desafiando o povo brasileiro

Globalização gera receio, aponta debate



Marcos Oliveira/Agência Senado

Rubens Barbosa, Fernando Collor, Gelson Fonseca Junior e Eduardo Viola

Em todo o mundo, o aprofundamento da globalização vem gerando resistência, de acordo com os participantes de audiência realizada ontem pela Comissão de Relações Exteriores. A vitória de Donald Trump como presidente nos Estados Unidos, a saída do Reino Unido da União Europeia e o crescimento de movimentos nacionalistas foram apontados como reflexos dessa resistência. **3**

Randolfe questiona no STF projeto de terceirização **3**

ILB se junta a rede de pesquisa sobre a América Latina **2**

Comissão pode votar projeto sobre abuso de autoridade **3**



Você sabe quanto o governo federal investiu em banda larga no ano passado? E quanto dinheiro teremos disponível para cultura neste ano?

Agora, no Painel Cidadão do Siga Brasil você pode consultar usando palavras chave e expressões simples. O resultado é rápido e direto, apresentado de forma visual, por meio de gráficos e tabelas.

Acesse www.senado.leg.br/painelcidadao



Gerência: Mônica/Agência Senado



Senador Paulo Paim dirige audiência pública entre os representantes de centrais sindicais Ubiraci Dantas e Moacyr Tesch

Sindicalistas anunciam mobilização contra reforma

Em audiência na Comissão de Direitos Humanos, debatedores afirmaram que o povo é contrário às mudanças na Previdência Social propostas pelo governo. Paralisação geral está prevista para abril

CENTRAIS SINDICAIS PREPARAM uma grande mobilização para abril, com previsão de greve geral, em protesto contra a reforma da Previdência, anunciaram ontem os líderes de sindicatos que participaram de audiência na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH).

De acordo com o presidente da Central Geral dos Trabalhadores do Brasil (CGTB), Ubiraci Dantas de Oliveira, as centrais se reuniram ontem para decidir a data da paralisação geral. Oliveira e os demais convidados afirmaram que a população está majoritariamente contra a reforma e já começou a se manifestar com vídeos, pelas redes sociais e nas ruas.

— O trabalhador vê por cima a proposta do governo, ele sabe que não vai se aposentar. O que estão querendo fazer é terra arrasada. É política de ave de rapina para arrasar o Brasil — disse Oliveira.

O senador Paulo Paim (PT-RS), que requereu a audiência pública, disse perceber em suas viagens pelo país as pessoas se mostrando contrárias às propostas de Temer.

Mobilização

Para o secretário-geral da Nova Central Sindical de Trabalhadores, Moacyr Roberto Tesch, a população só se

mobilizou da forma como está agora na época das Diretas Já.

— Temos a convicção de que só na época das Diretas Já a sociedade se mobilizou desta forma. Aonde quer que a gente vá existe alguém falando da maldade que o governo está fazendo. As redes sociais têm nos ajudado nessa divulgação — disse.

Paim exibiu alguns vídeos na audiência mostrando a indignação de trabalhadores com a proposta do governo de reforma da Previdência. O primeiro mostrou uma trabalhadora rural e o segundo um trabalhador da construção civil. Segundo Paim, os vídeos têm se tornado cada vez mais comuns, o que mostra a mobilização popular.

Fim da Previdência

Os participantes criticaram vários aspectos da proposta, como a idade única para homens e mulheres, o aumento dos anos de contribuição, a fatia da reforma para as esferas federal, estadual e municipal e o argumento de déficit na Previdência. Para os debatedores, a reforma é uma provocação à sociedade brasileira e representa o fim da Previdência no país.

— Este governo está desafiando o povo brasileiro. O povo brasileiro vai às ruas. Uma hora vai ter 1 milhão, 2

milhões nas ruas e quero ver como este governo vai segurar — disse Paim.

O senador disse que a CDH fará toda semana audiências públicas sobre a reforma da Previdência, com foco em aspectos diferentes, como idosos e pessoas com deficiência, pessoas com direito à aposentadoria especial, trabalhadores rurais e estudantes.

Conflito de interesses

O presidente no Distrito Federal da Pública — Central do Servidor, Thiago Botelho, criticou o secretário de Previdência, Marcelo Caetano, por fazer parte do Conselho de Administração da Brasilprev, empresa de previdência privada do Banco do Brasil.

— Não pode quem está gerindo o fim da Previdência estar do outro lado da mesa, defendendo a previdência privada — disse.

Botelho afirmou que Caetano está fazendo a estratégia para quem vai trabalhar com a previdência privada. Ele disse que, com o conflito de interesses, já foi feita a denúncia ao Conselho de Ética da Presidência e que o caso estaria na agenda do conselho para ser julgado ontem.

— Esperamos que isso seja colocado em julgamento e seja uma resposta adequada — afirmou.

ILB firma parceria com institutos de pesquisa da América Latina

O Instituto Legislativo Brasileiro (ILB) integrou-se a uma rede de instituições latino-americanas que pesquisam como a população da área vê a integração regional. Trata-se de uma aliança entre o Instituto para a Integração da América Latina e Caribe, vinculado ao BID, e a organização de pesquisas de opinião Latinobarômetro.

O coordenador de Educação Superior do ILB, José Dantas Filho, participou da última reunião do grupo, dia 17, em Buenos Aires.

— Temos aí um material muito rico para avaliação de políticas públicas e planejamento de governo — avalia.

Para Reguffe, lista fechada tira direito de escolha do eleitor

Reguffe (sem partido-DF) voltou a criticar ontem o voto em lista fechada, proposto no texto da reforma política em análise no Congresso. O senador disse em Plenário que a ideia tira do eleitor o direito de escolher seus candidatos, impedindo a renovação e dando mais poder às cúpulas partidárias.

— Era melhor colocar na Constituição que os parlamentares atuais só deixam de ser parlamentares quando morrerem. É isso que esse projeto quer, num país onde não há democracia interna nos partidos políticos.

Para o senador, o voto distrital é a decisão mais acertada.



Jefferson Ruffy/Agência Senado

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaLegislativa>



CDH Operação Carne Fraca

9h Audiência interativa debate a Operação Carne Fraca com representantes da indústria, dos auditores agropecuários, da Polícia Federal e do Ministério da Agricultura.

CI Cobrança por coleta de esgoto

9h Projeto que regula a cobrança por serviços de esgotamento sanitário (PLS 291/2013) é um dos itens da pauta.

CAE Cadastro ambiental e imposto

10h A comissão analisa, entre outros, projeto que trata do uso do cadastro ambiental para cálculo do Imposto Territorial Rural (PLS 640/2015).

CE Desconto no Fies

11h O PLS 124/2007, que concede desconto ao bom pagador do Fies, está na pauta.

PLENÁRIO Medidas provisórias

14h Proposta que restringe a edição de MPs abre a pauta de votações.

MP 755/2016 Fundo Penitenciário

14h30 Audiência pública para debater a MP, sobre transferência direta de recursos do Fundo Penitenciário aos estados. Entre os convidados, o secretário nacional de Segurança Pública, Celso Pericoli, e o ex-secretário de Segurança do Rio de Janeiro José Mariano Beltrame.

MP 757/2016 Zona Franca de Manaus

14h30 Audiência pública interativa sobre a MP, que institui taxa de controle de incentivos fiscais em favor da Suframa.

CMO Início dos trabalhos

14h30 A comissão se reúne para instalar os trabalhos e eleger presidente e vice.

MP 758/2016 Meio ambiente

15h Análise do plano de trabalho da comissão responsável pela MP, que altera os limites do Parque Nacional de Jamaxim e da área de proteção ambiental do Tapajós.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

AUDIÊNCIAS INTERATIVAS



Participe: <http://bit.ly/audienciainterativa>

• **Alô Senado:** 0800 612211

• **Acompanhe:** Portal e-Cidadania: senado.leg.br/cidadania

• **Facebook:** [senadofederal](https://www.facebook.com/senadofederal) • **Twitter:** [@agencia_senado](https://twitter.com/agencia_senado)

• **TV:** senado.leg.br/TV

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Eunício Oliveira

Primeiro-vice-presidente: Cássio Cunha Lima

Segundo-vice-presidente: João Alberto Souza

Primeiro-secretário: José Pimentel

Segundo-secretário: Gladson Cameli

Terceiro-secretário: Antonio Carlos Valadares

Quarto-secretário: Zeze Perrella

Suplentes de secretário:

Eduardo Amorim, Sérgio Petecão, Davi Alcolumbre e Cidinho Santos

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira

Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Virgínia Malheiros Galvez

Coordenadora-geral: Edna de Souza Carvalho

Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Flávio Faria

Coordenador-geral: Sílvio Burre

Serviço de Arte: Bruno Bazílio

Coordenador de Edição: Mikhail Lopes

Coordenação de Cobertura: Paola Lima

Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção

Serviço de Fotografia: Leonardo Alves Sá

Jornal do Senado

Editor-chefe: Marcio Maturana

Edição e revisão: Cintia Sasse, Fernanda Vidigal, Joseana Paganine, Juliana Steck, Pedro Pincer, Ricardo Westin e Tatiana Beltrão

Diagramação: Beto Alvim, Claudio Portella e Ronaldo Alves

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

Comissões avaliam efeitos da Operação Carne Fraca

Audiência hoje reúne autoridades do governo e representantes de produtores e trabalhadores do setor para discutir medidas adotadas. Amanhã outro debate analisa impactos da crise na economia do país

DUAS COMISSÕES DO Senado fazem nesta semana audiências públicas com produtores, trabalhadores e autoridades sobre os impactos da Operação Carne Fraca e as medidas tomadas.

Hoje, às 9h, a Comissão de Direitos Humanos (CDH) reúne representantes da Associação Nacional dos Delegados da Polícia Federal, do Ministério da Agricultura e da Procuradoria-Geral da República. Também foram convidados a Associação Brasileira de Frigoríficos, o Sindicato Nacional

dos Auditores Fiscais Federais Agropecuários e outros sindicatos de trabalhadores do setor. O debate foi solicitado por Paulo Paim (PT-RS).

Amanhã, às 14h, a audiência será na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). Vanessa Graziottin (PCdoB-AM), que pediu o debate, quer aprofundar a discussão sobre a reação da comunidade internacional e os efeitos da crise na economia.

Deflagrada pela Polícia Federal no dia 17, a Operação Carne Fraca investigou a corrupção de fiscais na liberação de licenças

e na fiscalização de frigoríficos e apontou práticas irregulares no setor, como venda de carne adulterada. O escândalo provocou a suspensão da importação de carne brasileira por diversos países. Nos últimos dias, as restrições começaram a diminuir.

Na quarta-feira, os ministros da Agricultura, Blairo Maggi, e da Indústria e Comércio Exterior, Marcos Pereira, participaram de audiência para prestar informações aos senadores.

Veja na pág. 2 como acompanhar as audiências e participar delas

Abuso de autoridade está na pauta de colegiado

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) se reúne amanhã, às 10h, com 34 itens em pauta. Um dos destaques é o projeto que define crimes de autoridade.

De Renan Calheiros (PMDB-AL), o PLS 280/2016 estava

na pauta da última sessão deliberativa do Plenário em 2016, mas, após a derrubada do regime de urgência de votação, o texto foi enviado à CCJ, onde está sob a relatoria de Roberto Requião (PMDB-PR).

A proposição abrange os

crimes de abuso cometidos por agente público dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, incluindo integrantes do Ministério Público, das esferas federal, estadual, distrital e municipal.

Renan alega que a lei em vigor, de 1965, está defasada e precisa de atualização para proteger direitos e garantias fundamentais previstos na Constituição.

O projeto foi debatido em audiências públicas e em sessão temática com a presença do ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal (STF), e do juiz federal Sérgio Moro. Senadores divergiram quanto ao conteúdo e quanto ao momento de votação da proposta, por causa da Operação Lava Jato.



Para Renan, legislação tem que ser revista para proteger direitos e garantias

Proposta que restringe a edição de MPs está pronta para primeira votação

Quatro propostas de emenda à Constituição estão na pauta do Plenário. A PEC que veda a edição de medidas provisórias que gerem desequilíbrio econômico-financeiro dos contratos da administração pública está pronta para ser votada em primeiro turno. A proposta (PEC 111/2015) já passou por cinco sessões de discussão em Plenário e os senadores buscam consenso sobre avaliar o texto original, de Renan Calheiros (PMDB-AL), ou o substitutivo do relator, Romero Jucá (PMDB-RR).

As outras propostas vão cumprir a terceira sessão de discussão em primeiro turno. Uma delas, a PEC 10/2013, de Alvaro Dias (PV-PR), extingue o foro especial para todas as autoridades, inclusive o presidente da República, nos crimes comuns e permite a prisão de membro do Congresso condenado em segundo grau em infração penal comum. Também está na ordem do dia a proposta que cria o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Segurança Pública (PEC 24/2012), de João Capiberibe (PSB-AP). A outra proposta é a PEC 35/2015, que altera as regras para escolha de ministros do Supremo Tribunal Federal (STF). De Lasier Martins (PSD-RS), o texto estabelece que o presidente da República fará a escolha a partir de uma lista triplíce.

Medeiros elogia manifestações em apoio à Operação Lava Jato

José Medeiros (PSD-MT) elogiou as manifestações de domingo contra o foro privilegiado e em favor da Lava Jato.

Para ele, não procedem as acusações dos apoiadores dos governos Dilma e Lula de que os protestos foram um fracasso por estarem esvaziados. Medeiros acredita que toda vez que a sociedade vai às ruas é, sim, um sucesso, pois mostra as insatisfações.

O senador criticou recentes declarações de Lula, que, disse, faz "terrorismo verbal".

Ataídes critica foro privilegiado e apoia medidas contra a corrupção

Ataídes Oliveira (PSDB-TO) apoiou ontem o projeto das dez medidas contra a corrupção, fruto do apoio popular a propostas do Ministério Público Federal. O senador, porém, considera que as medidas foram desfiguradas na Câmara.

Ele também defendeu o fim do foro privilegiado. Para Ataídes, o deslocamento das ações penais para o Supremo Tribunal Federal por prerrogativa de foro resulta em processos lentos e poucas condenações.



Jefferson Rudy/Agência Senado



Jefferson Rudy/Agência Senado



Collor abre ciclo de debates com o embaixador Gelson Fonseca Junior

Marcos Oliveira/Agência Senado

Debatedores apontam maior resistência contra globalização

O aprofundamento da globalização vem gerando resistência em todo o planeta, o que se reflete em fatos como a vitória de Donald Trump nos Estados Unidos, a saída do Reino Unido da União Europeia e o crescimento de movimentos nacionalistas.

Essa foi uma das análises dos convidados do primeiro painel do ciclo de debates O Brasil e a Ordem Internacional: estender pontes ou erguer barreiras?, promovido ontem pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE).

O presidente da CRE, Fernando Collor (PTC-AL), comandou o debate. O senador observou que acontecimentos como a eleição de Trump, o Brexit e o nacionalismo trazem incertezas sobre o cenário internacional.

Para o embaixador Gelson Fonseca Junior, os movimentos nacionalistas têm interesse

na perda de poder da ONU e de outros organismos supranacionais, pois a defesa da indústria e dos empregos estaria em primeiro plano.

O professor Eduardo Viola, da Universidade de Brasília (UnB), afirmou que duas grandes forças estão em embate: a do aprofundamento da globalização e as contrárias, de resistência. Ele chamou a atenção também para o avanço da inteligência artificial e o aumento da capacidade de cooperação entre os países.

Para o embaixador Rubens Barbosa, a nova ordem internacional é incerta nas áreas política, econômica, comercial e de segurança, e essa incerteza muda significativamente a geopolítica global. Barbosa disse que o Brasil tem sérios desafios, como as crises econômica, política e ética, a desindustrialização e a perda de competitividade no comércio internacional.

Randolfe questiona legalidade de proposta sobre mão de obra

A constitucionalidade da votação do projeto de lei que regulamenta a terceirização aprovado na quarta-feira pela Câmara dos Deputados foi questionada por Randolfe Rodrigues (Rede-AP). O senador ingressou com um mandado de segurança no

Supremo Tribunal Federal (STF) contra a aprovação da proposta, apresentada em 1998 pelo então presidente Fernando Henrique Cardoso.

— O Executivo pediu a retirada do projeto em 2003, tornando a proposta ilegítima e ilegal — afirmou Randolfe.

Terceirização reduz salário e não gera emprego, diz Paim

O que gera empregos são as necessidades do mercado, e não a terceirização, afirmou Paulo Paim (PT-RS). O senador defendeu a regulamentação dos trabalhadores que já são terceirizados, e não a ampliação das possibilidades de terceirização.

Paim afirmou que, se a proposta sobre o tema aprovada na Câmara for sancionada, os trabalhadores serão demitidos e recontraçados com salários menores. Já o lucro, disse o senador, irá apenas para os donos da empresa matriz e da empresa que terceiriza mão de obra.

Ângela pede análise rápida de projetos voltados às mulheres

O texto aprovado pela Câmara que permite a adoção ilimitada da terceirização nos setores público e privado "representa um prejuízo incalculável aos trabalhadores, como redução de salários e aumento de jornada", disse Ângela Portela (PT-RR). Ela pediu que os deputados votem logo projetos em favor das mulheres aprovados em março pelo Senado, como o PLS 583/2015, que assegura à mulher de 40 a 49 anos ultrassonografia mamária pelo SUS.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Como a dívida pública afeta o dia a dia de cada brasileiro

Desequilíbrio das contas públicas, acentuado pela queda na arrecadação, obriga governo a tomar empréstimo, prejudicando investimentos no país. Senado pede auditoria para controlar endividamento

AS CONTAS DE um país funcionam mais ou menos como as de uma família. Se falta dinheiro para pagar todas as despesas da casa, a saída pode ser tomar um empréstimo. Mas é preciso cuidado para administrar bem esse débito, de modo que ele não cresça descontroladamente e acabe comprometendo uma parte cada vez maior do orçamento. Seja o doméstico ou o do país.

No caso de um país, a dívida é uma forma de o governo obter recursos para investir em infraestrutura e pagar as despesas com saúde, educação, segurança e programas sociais, por exemplo — o que tem efeito positivo na sociedade.

Ao mesmo tempo, quando opta por um empréstimo, o governo não precisa emitir moeda, que gera inflação e corrói a renda das pessoas, nem aumentar tributos, que desacelera a atividade econômica, gerando efeitos negativos como o desemprego.

Mas a dívida também tem um custo: os juros, que, no caso de um país, afetam todas as operações financeiras realizadas diariamente pelas pessoas, como as compras com o cartão

de crédito, as despesas a prazo e os financiamentos.

Quando o endividamento do governo sai do controle, a situação pode prejudicar todo o país.

— Quanto menor for a capacidade do governo de honrar a própria dívida, maior vai ser a desconfiança dos agentes econômicos [em relação ao Executivo], maior vai ser o encurtamento do prazo da dívida e maior vai ser a taxa de juros cobrada [para conceder novos empréstimos] — explica o consultor legislativo do Senado Alexandre Rocha.

O encurtamento do prazo significa menos capacidade de “rolar a dívida” e esticá-la em condições e prazos que tornem o pagamento mais cômodo para o governo.

Tendo que desembolsar mais dinheiro de forma imediata para arcar com a dívida encurtada, o Estado tem menos recursos à mão para cumprir suas funções sociais e aplicar em áreas como a saúde, a educação e a segurança.

Em 2016, o governo federal gastou R\$ 925,3 bilhões amortizando e refinanciando a sua dívida — quantia que representou 36% do Orçamento executado. O pagamento de juros consumiu R\$ 204,9 bilhões no ano. Somados os dois valores, chega-se a um montante de R\$ 1,13 trilhão dedicado a lidar com a dívida — uma fatia de cerca de 45% do Orçamento.

— Com uma dívida nesse patamar, estamos sacrificando investimentos no Brasil. Estamos deixando de aplicar mais recursos na saúde, na educação, na questão previdenciária — avalia o senador José Pimentel (PT-CE).

Trilhões

A relação entre a dívida pública e o produto interno bruto (PIB), que é a soma de todas as riquezas produzidas no país a cada ano, também é um indicador importante para avaliar a situação das contas do governo. No Brasil, a dívida bruta supera a marca dos R\$ 4 trilhões. Retirando-se as operações compromissadas do Banco Central, que não são contabilizadas pelo Tesouro Nacional, a dívida fica na casa dos R\$ 3 trilhões.

Como a atividade econômica do país caiu 7,2% no período 2015–2016, a relação dívida-PIB cresceu aceleradamente

e fechou o ano passado em uma taxa próxima dos 70%. Isso significa que o endividamento do país equivale a mais de dois terços do tamanho da economia. Há dois anos, essa relação era de 56,3%.

Taxa de juros

O Japão, dono da terceira maior economia do planeta, tinha ao fim de 2015 uma dívida correspondente a 229% do seu PIB, segundo a consultoria internacional Trading Economics. Como a economia japonesa é estável, o país paga juros menores para financiar a própria dívida e pode assumir os débitos com mais segurança, explica Felipe Salto, diretor da Instituição Fiscal Independente (IFI), do Senado.

Em dezembro de 2015, a taxa anual de juros estabelecida pelo Nichigin (o BC japonês) era de 0,10%. Em 2016, ela passou a ser negativa.

No Brasil, a taxa anual básica de juros estabelecida pelo Comitê de Política Monetária (Copom), do Banco Central, era de 14,25% no final do ano passado. Hoje está em 12,25%.

— O crescimento da dívida pública brasileira hoje não é nem tanto resultado do endividamento público. É fruto de uma taxa de juros exorbitante que nós praticamos — analisa o senador José Pimentel.

Cada ponto percentual de aumento ou redução nos juros, lembra Felipe Salto, equivale a R\$ 28 bilhões a mais ou a menos no custo anual da dívida.

— Isso é muita coisa. Equivale a um programa anual do Bolsa Família — compara.

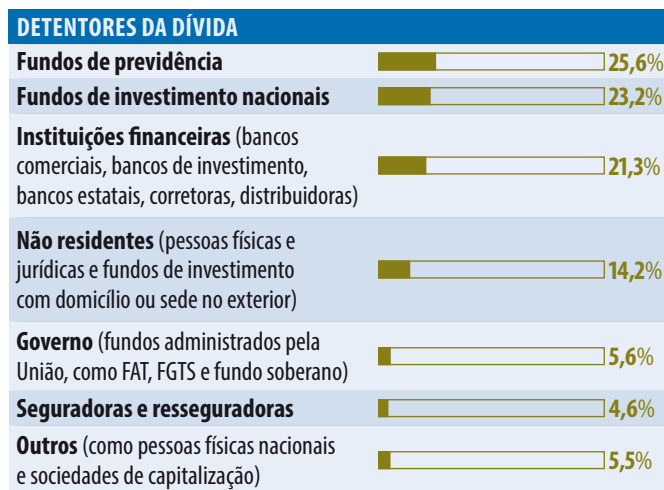
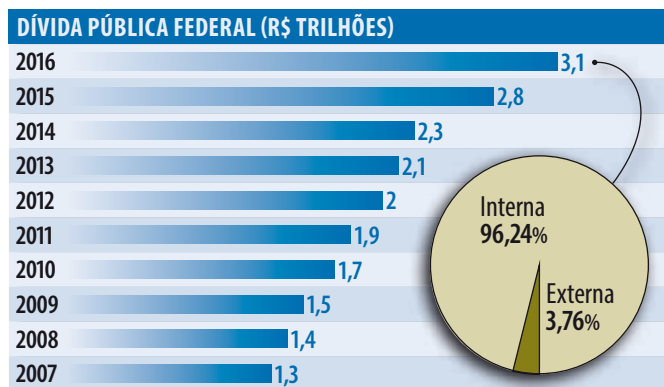
O aumento da dívida pública brasileira levou o Senado a aprovar em novembro um requerimento do senador Alvaro Dias (PV-PR) pedindo que o Tribunal de Contas da União (TCU) verifique detalhadamente esse crescimento nos últimos 12 anos.

O TCU, orientado pela Constituição e pela Lei de Responsabilidade Fiscal, já faz acompanhamentos periódicos da evolução da dívida. E, como órgão auxiliar do Poder Legislativo, pode promover uma auditoria mais aprofundada se alguma das Casas do Congresso solicitar. Em fevereiro, o órgão decidiu fazer o levantamento.

— Essa auditoria vai ajudar a construir o conhecimento da dívida para que a gente possa saber onde existem fatos que

O governo em débito

Dívida pública federal vem crescendo ano a ano. Os maiores credores do governo são os fundos de previdência, os fundos de investimento e os bancos



Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional

possam ser retirados, suspensos — afirma a conselheira do TCU Ana Arraes.

Pente-fino

Alvaro Dias quer saber qual é a destinação dada aos recursos arrecadados por meio da emissão de títulos (papéis emitidos pelo governo para tomar dinheiro emprestado com a promessa de recomprá-los no futuro mediante o pagamento de uma taxa de juros). Para justificar a proposta de auditoria, ele afirma não ser possível verificar a contrapartida do crescimento da dívida na forma de investimentos públicos.

O senador também critica a rolagem da dívida, explicando que ela tem consequências que vão além do simples refinanciamento e postergação da dívida atual.

Segundo ele, a cada rolagem, são feitas novas operações em condições diferentes, com outra taxa de juros e sujei-

tas ao pagamento de novas comissões. Nesse cenário, o aumento da dívida estaria se alimentando da evolução e do pagamento da própria dívida.

— Que dívida é essa? A quem devemos? Para onde foi esse dinheiro? Será que devemos tudo isso? Parte dessa dívida já não foi paga? Essa auditoria é fundamental para que depois possamos discutir alternativas e solução — diz.

No mesmo sentido, o projeto Auditoria Cidadã da Dívida, coordenado por Maria Lúcia Fatorelli, propõe um pente-fino sobre a dívida pública federal brasileira. Ela afirma que um estudo histórico da dívida mostra “irregularidades” na composição do quadro atual.

— A dívida se transformou num mecanismo de transferência de renda do setor público para o financeiro, por meio de mecanismos cada vez mais complexos e obscuros.

No mundo

Compare a dívida pública de alguns países em relação ao PIB

PAÍS	DÍVIDA/PIB
Japão	229,2%
Grécia	176,9%
Itália	132,7%
Portugal	129,0%
Estados Unidos	104,2%
França	96,1%
Reino Unido	89,2%
Alemanha	71,2%
Índia	69%
BRASIL	66,2%
África do Sul	50,1%
Venezuela	49,8%
Argentina	48,4%
Uruguai	47,8%
China	43,9%
México	43,2%
Colômbia	38%
Peru	23%
Rússia	17,7%
Chile	17,5%

Fonte: Trading Economics (dados de 2015)



Assista a vídeo da Agência Senado sobre o crescimento da dívida pública brasileira: <http://bit.ly/videoDívidaPublica>

Saiba mais

Orçamento Fácil explica dívida:
www.senado.leg.br/orcamentofacil

Siga Brasil faz raio X do Orçamento:
www.senado.leg.br/sigabrasil

Veja todas as edições do Especial Cidadania em www.senado.leg.br/especialcidadania